

## 4. SISTEMA DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELO APROVEITAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

**A** Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, instituiu o sistema de compensação financeira aos estados, Distrito Federal e municípios, em decorrência de aproveitamento de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica e de aproveitamento de recursos minerais.

Essa compensação seria de 6% sobre o valor da energia produzida, a ser paga pelos concessionários dos serviços de energia elétrica aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, em cujos territórios se localizam as indústrias e instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios (art. 2º).

Foi atribuída ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica a competência para fixar, mensalmente, uma tarifa atualizada de referência, para efeito da aplicação das compensações financeiras.

A Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, estabeleceu que a distribuição mensal da compensação financeira seria feita da seguinte forma:

- 45% aos estados;
- 45% aos municípios;
- 8% ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica;
- 2% (dois por cento) ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

A cota destinada ao DNAEE, por sua vez, seria empregada da seguinte forma:

- 40% na operação e na expansão da rede hidrometeorológica nacional, no estudo dos recursos hídricos e na fiscalização dos serviços de eletricidade no país;
- 35% na instituição, gerenciamento e suporte do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- 25% em políticas de proteção ambiental.